



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO -UEMA

CAMPUS BACABAL

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANA BEATRIZ DA CONCEIÇÃO SANTOS

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

Bacabal – MA

2024.2

ANA BEATRIZ DA CONCEIÇÃO SANTOS

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual do Maranhão para
o grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientador(a): Profa. Esp. Gioconda
Soares de Araújo Silva

Bacabal – MA

2024.2

Santos, Ana Beatriz da Conceição.

Relação família e escola na perspectiva da educação inclusiva / Ana Beatriz da Conceição Santos. - Bacabal - MA, 2024.

45 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Bacabal, 2024.

Orientadora: Profa. Esp. Gioconda Soares de Araújo Silva.

1. Família. 2. Escola. 3. Educação Inclusiva. 4. Inclusão. 5. Ensino Regular. I. Título.

CDU: 376:37.018.26

ANA BEATRIZ DA CONCEIÇÃO SANTOS

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual do Maranhão para
o grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientador(a): Profa. Esp. Gioconda
Soares de Araújo Silva

Aprovada em: 05/01/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **GIOCONDA SOARES DE ARAUJO SILVA**
Data: 11/06/2025 06:49:38-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Esp. Gioconda Soares de Araújo Silva (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

1º Examinador(a)

_____
2º Examinador(a)

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS ANDRE SOUZA DOS SANTOS**
Data: 10/06/2025 09:30:29-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dedico este trabalho a Deus,
soberano dos meus dias, pois
sem Ele eu nada seria.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha gratidão a Deus, sem a sua bondade e misericórdia eu não teria força e inspiração para a realização deste trabalho. À minha mãe Maria Beatriz e ao meu padrasto Cleudo Frazão, por acreditar em mim e pelo incentivo e investimento durante toda a jornada acadêmica. Ao meu esposo Vinícius Alexandre, que me ofereceu apoio incondicional, não me deixou desistir, nem tão pouco desanimar, sendo um alicerce nos dias difíceis.

Aos meus professores, agradeço pela orientação, pela partilha de conhecimento e pelo estímulo constante ao pensamento crítico e à busca pela excelência. Suas contribuições foram fundamentais para o amadurecimento das ideias aqui apresentadas. A minha orientadora, professora Gioconda Soares da Silva, por me orientar durante todo esse processo, além de ser uma exemplo e motivo de inspiração para a escolha do tema por desempenhar tão bem o seu papel nas disciplinas ministradas.

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por proporcionar um ambiente acolhedor, com o corpo docente e uma equipe administrativa solícita e preparada para proporcionar uma rápida resolução de problemas a cada discente.

Aos meus colegas de curso, pela troca de experiências, pelo companheirismo e pelo apoio mútuo nos momentos de dificuldades, tornando o percurso acadêmico mais leve e cheio de experiências.

Finalmente, agradeço a todos os amigos e colaboradores que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, seja por meio de palavras de incentivo, revisões críticas ou apoio logístico.

A cada um de vocês, minha mais sincera gratidão.

*A sabedoria é a coisa principal;
adquire, pois, a sabedoria, emprega
tudo o que possuis na aquisição de
entendimento.*

(Provérbios 4:7)

Resumo

O documento aborda a importância da relação entre família e escola no contexto da educação inclusiva, destacando a necessidade de colaboração mútua para promover o desenvolvimento integral das crianças com deficiência. A família, como primeiro núcleo social da criança, desempenha um papel essencial na formação inicial de valores, habilidades e atitudes. Por sua vez, a escola é responsável por ampliar o horizonte social e cognitivo dos estudantes, oferecendo um ambiente de aprendizagem que valorize a diversidade. A educação inclusiva, fundamentada em leis como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), busca garantir a igualdade de oportunidades educacionais para todos. No entanto, sua efetivação exige esforço conjunto entre escola e família, superando desafios como a falta de formação docente, infraestrutura inadequada e preconceitos sociais. A parceria entre essas duas instituições é vital para assegurar a adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e o suporte emocional necessário para os alunos com deficiência. O texto também destaca a importância de um diálogo contínuo entre escola e família. Reuniões periódicas, comunicação transparente e a participação ativa dos pais em atividades escolares são práticas que fortalecem esse vínculo. Além disso, o apoio emocional e a capacitação das famílias são cruciais para que elas possam colaborar efetivamente no processo educativo. Ao promover a inclusão, a relação família-escola também beneficia a comunidade escolar como um todo, ao incentivar valores como empatia, cooperação e respeito às diferenças. Apesar dos desafios, exemplos de boas práticas mostram que é possível construir um ambiente inclusivo e transformador quando há compromisso e colaboração entre os envolvidos. Assim, a educação inclusiva representa não apenas um direito, mas uma oportunidade de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chaves: Família; Escola; Educação Inclusiva; Inclusão; Ensino Regular.

Abstract

The document discusses the importance of the relationship between family and school in the context of inclusive education, emphasizing the need for mutual collaboration to promote the holistic development of children with disabilities. The family, as the child's primary social unit, plays a crucial role in the initial formation of values, skills, and attitudes. Meanwhile, the school is responsible for broadening students' social and cognitive horizons, providing a learning environment that values diversity. Inclusive education, supported by laws such as the Federal Constitution of 1988 and the Brazilian Inclusion Law (2015), aims to ensure equal educational opportunities for all. However, its implementation requires joint efforts between school and family, overcoming challenges like insufficient teacher training, inadequate infrastructure, and social prejudices. The partnership between these institutions is vital for ensuring curriculum adaptation, the use of assistive technologies, and emotional support for students with disabilities. The text highlights the importance of continuous dialogue between school and family through regular meetings, transparent communication, and active parental participation in school activities. Additionally, emotional support and family training are essential for their effective collaboration in the educational process. By promoting inclusion, the family-school relationship benefits the entire school community, fostering values such as empathy, cooperation, and respect for differences. Despite challenges, examples of best practices demonstrate that building an inclusive and transformative environment is possible when there is commitment and collaboration among all stakeholders. Thus, inclusive education represents not only a right but also an opportunity to build a more just and equitable society.

Keywords: Family; School; Inclusive Education; Inclusion; Regular Education

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NVDA	Non Visual Desktop Access
TEA	Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRICO E DEFINIÇÃO.....	15
2.1 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.....	18
2.2 Desafios da Educação Especial.....	20
2.3 A Inclusão de Alunos com Deficiência na Escola Regular.....	26
3. FAMÍLIA E ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	28
3.1 A Criança com Deficiência e sua Família.....	32
3.2 A Importância da Participação dos Pais na Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Regular.....	34
3.3 A Importância da Sensibilização da Comunidade Escolar na Educação Inclusiva.....	36
3.4 Rotinas e Dificuldades de Acompanhamento.....	37
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos pessoas com deficiências foram excluídas de convívio social, alegava-se inúmeras dificuldades em todos os âmbitos, principalmente no quesito aprendizagem. Aos poucos esse cenário foi modificando-se e abrindo espaço para que pessoas com deficiências possam ter os seus direitos garantidos.

Ao analisar a estruturação das leis, encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), discursos que amparam a “igualdade de condições para o acesso à educação”, partindo desse pressuposto de que educação é direito de todos, entramos no contexto de Educação Inclusiva. Devido a quantidade de pessoas com deficiência no Brasil, essa temática vem sendo abordada com frequência, sobretudo quando se trata do processo educativo. O setor Educacional tem como papel oferecer possibilidades para que todas as pessoas com deficiência possam ser incluídas através da participação e quando se trata de Educação Infantil anos iniciais esse processo precisa ser realizado em conjunto.

A colaboração entre família e escola é indispensável para o desenvolvimento integral das crianças, especialmente as com deficiência. No entanto, muitos desafios emergem nesse processo, como a falta de diálogo entre essas duas instituições. Refletir sobre estratégias práticas para fortalecer essa parceria, como encontros regulares e maior abertura para ouvir as famílias, é essencial para garantir o sucesso da inclusão escolar. Sabe-se que a família é o núcleo essencial para o desenvolvimento de todo ser humano, então trazer ela para a escola é o primeiro passo a ser dado na luta pela inclusão de crianças com deficiência na sociedade.

Para que isso possa ocorrer, é preciso apoderar-se de várias estratégias de implementação da relação Família-escola, considerando todos os contextos e peculiaridades dos mesmos. Com isso, pode-se concluir, que essa tarefa de interação família-escola não é nada fácil, porém indispensável, para que laços afetivos possam ser construídos e assim auxiliar na resolução de conflitos, tanto internos, quanto externos da criança, possibilitando o estreitamento de relações e o sucesso educacional. Escolheu-se como fundamentação teórica deste projeto de pesquisa as obras de alguns autores, os quais subsidiaram a discussão. São eles: Macedo, Vygotsky, Machado, Mittler, e outros.

Sabe-se que falar sobre a Educação Inclusiva é extremamente importante pelo simples fato de trazer à tona uma ação que abrange setores sociais, políticos e

pedagógicos, sendo ela capaz de desenvolver objetivos que defendem e priorizam o direito de aprendizagem, em que os alunos estejam juntos sem qualquer tipo de discriminação trazendo o conceito de igualdade e liberdade para todos.

Com isso, surge a necessidade de ressaltar às contribuições da família no processo de inserção social da criança nos anos iniciais da Educação Infantil. O aluno com deficiência necessita de possibilidades interacionais no ambiente escolar onde se situa, da mesma forma que qualquer outro aluno. Para tanto, há leis que oferecem a garantia de disponibilização de um ensino de qualidade para pessoas com deficiência. A educação inclusiva aponta para a extrema necessidade de pensar na educação em si, como aquela que atende de forma eficaz a realidade do aluno e leva a uma observação constante dos fatos que ocorrem em sala de aula, no ambiente escolar como um todo e no dia a dia dos alunos.

A escola têm como dever, ter a plena consciência na busca de seus objetivos, sabendo que sua função não está ligada somente a transmissão de conhecimentos, o educador precisa estar atento e atender as necessidades de cada aluno, sendo capaz de disponibilizar afeto, ajuda e compreensão, para que assim, todos possam se sentir incluídos e acolhidos. Posto isso, a escola deve manter esforços para trazer a família para o ambiente da escola firmando uma parceria, pois sem a participação dessa, não adianta muito o educador ter especialização e se esforçar pelo desenvolvimento do aluno com deficiência se não contar com aqueles que são externos à escola.

Foi feito na revisão bibliográfica, na qual se obteve conhecimento, no que diz respeito ao assunto enfatizado, tornando-o mais conhecido dentro do contexto familiar inclusivo, no intuito de beneficiar crianças com deficiência com maior atenção e respeito por parte de familiares e outras pessoas que os cercam, perante a trajetória educativa inclusiva e social que farão.

A seguinte pesquisa busca, analisar o papel da família no ensino inclusivo. Ainda que possua uma organização diversa e se estabelecerem em espaços diferentes, a escola, a família e os grupos sociais acabam estabelecendo entre si uma rede de relações. Família, professor e sociedade têm como papel envolver-se em uma partilha solidária de tarefas, visando à construção de um ambiente favorecedor, que estimule a criança com deficiência a desenvolver o seu potencial.

Assim sendo, visando estreitar a relação família e escola, surge alguns questionamentos; Como a família pode contribuir com o processo de inclusão nos anos iniciais da Educação Infantil? Qual o efeito da relação família-escola na construção da autonomia e da inserção social da criança atípica? Entre os objetivos principais da Educação Inclusiva, destaca-se a análise de seus princípios e o papel da família no esclarecimento e aplicação desses princípios. Além disso, é fundamental identificar os fatores que possibilitam o processo de inclusão e destacar os problemas que dificultam o acompanhamento, por parte da família, da criança com deficiência no processo de socialização.

A princípio surgiu a necessidade de buscar conceitos e fundamentações de sustentação metodológica para este estudo. Primeiro tentar entender, o que é pesquisa? E de forma bem simples, pesquisar significa buscar respostas para as indagações.

Gil (2008, p.17) diz que pode se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são pesquisados. Desta forma, o presente estudo utiliza uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada em uma análise sistemática de obras acadêmicas e artigos científicos. A escolha por esse método se justifica pela necessidade de compreender profundamente o papel da família no contexto educacional inclusivo, especialmente considerando as particularidades do ambiente escolar no Brasil. Por pesquisa bibliográfica definição de (Gil, 2008), temos:

[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que pesquisar diretamente (Gil, 2008, p. 45).

A pesquisa bibliográfica tem como finalidade colocar o pesquisador em contato com tudo o que já foi produzido e registrado a respeito do tema ao qual ele escolheu.

Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa.

Realizados procedimentos metodológicos, a partir da pesquisa qualitativa a saber: levantamento bibliográfico referente a cada um dos objetivos, a fim de apresentar o conceito de inclusão, deficiência, família e escola, estudo crítico do material sobre artigos das revistas especializadas, textos publicados na internet, a

titularidade original da produção intelectual nos institutos de ensino e pesquisa. Para às análises, constituiu-se realizar análise qualitativa, seguindo o passo a passo das etapas: 1ª redução, na seleção e síntese dos dados, com a escolha dos descritores; autores, ano de publicação, periódicos publicados em revistas de educação, 2ª apresentação para possibilitar análise sistemática das semelhanças, diferenças e inter-relações para o detalhamento das informações, com base nas ideias principais e considerações finais dos artigos lidos; e 3ª conclusões/verificação ponderando o sentido dos dados, suas particularidades e explicações, com vistas à revisão dos dados para interpretação do pesquisador à luz do referencial teórico. (GIL,2014)

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRICO E DEFINIÇÃO

O percurso da educação inclusiva está diretamente ligado às mudanças sociais e políticas que ocorreram ao longo dos séculos. No passado, pessoas com deficiências eram marginalizadas, viviam à margem de uma sociedade, que só as via como incapazes. Sem acesso à educação formal, o que prevalecia até o século XIX, era o modelo de exclusão em que as pessoas que tinham algum tipo de deficiência, iam para instituições especializadas ou eram simplesmente negligenciadas acerca da Educação.

Com a chegada do século XX, vieram também mudanças significativas, logo após a segunda guerra Mundial alguns movimentos sociais trouxeram à tona os direitos humanos e os direitos de pessoas com deficiência. Um marco importante foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que afirma, em seu artigo 26, que “todos têm direito à educação” e que esta deve visar “o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais” (ONU, 1948).

O cenário internacional apresentou avanços notáveis, como a Declaração de Salamanca, de 1994, promovida pela UNESCO. Este documento destacou a importância das escolas regulares na promoção da inclusão, apontando-as como ferramentas eficazes para combater a discriminação. Essa ideia ressoa com a realidade brasileira, onde ainda enfrentamos desafios significativos para implementar práticas inclusivas efetivas, especialmente em escolas públicas.

A educação inclusiva pode ser entendida como um modelo educacional que busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições

físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou culturais, tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes que respeitem e valorizem a diversidade. Construída através de grandes debates, de muitos movimentos, estudos teóricos e práticos.

O conceito surgiu como uma resposta às práticas excludentes presentes no sistema educacional. Nesse primeiro capítulo, vamos analisar a trajetória da temática e que falar sobre a educação inclusiva ainda se faz necessário, para que a inclusão de fato, aconteça.

A educação inclusiva é garantida por leis e políticas públicas que asseguram o direito de todas as crianças a uma educação de qualidade. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei de nº 13.146/2015) são marcos legais que estabelecem o dever do Estado de oferecer educação inclusiva.

Embora a legislação seja clara quanto à obrigatoriedade da inclusão, a falta de recursos financeiros e humanos compromete a efetividade dessas políticas” (BRASIL, 2015, p. 47)

Vygotsky (1991) enfatiza que o aprendizado ocorre na interação social, sendo indispensável que o ambiente escolar seja um espaço de colaboração e estímulo. A abordagem sociocultural defende que a inclusão depende de uma mediação qualificada, pois “o desenvolvimento do indivíduo é moldado pelo contato constante com o outro” (Vygotsky, 1991, p. 56).

Libâneo (2012) destaca que o papel do professor transcende a mera transmissão de conteúdo, enfatizando sua responsabilidade como mediador do aprendizado. Essa perspectiva é especialmente relevante no contexto da educação inclusiva, onde estratégias pedagógicas precisam ser adaptadas para respeitar a diversidade presente em sala de aula. Para ele, “a mediação do professor é fundamental para que os estudantes desenvolvam competências de maneira equitativa” (Libâneo, 2012, p. 98).

A formação continuada é indispensável nesse processo, permitindo que os docentes desenvolvam competências para trabalhar com a diversidade presente em sala de aula.

Apesar dos avanços históricos, a prática da educação inclusiva ainda enfrenta desafios, especialmente em contextos escolares que precisam conciliar as

exigências legais com as realidades práticas. Em contrapartida, diversas escolas no Brasil têm se destacado na implementação de iniciativas inclusivas bem-sucedidas, mostrando que a inclusão é possível e transformadora.

Diversas instituições no Brasil têm se destacado como exemplos de práticas inclusivas bem-sucedidas:

Escola Estadual de Educação Básica Luciana de Abreu (Porto Alegre, RS): Essa escola integra alunos com deficiência em salas regulares, contando com o apoio de professores capacitados e recursos de AEE. A inclusão é trabalhada como um princípio, e a escola promove atividades que estimulam a interação entre todos os estudantes.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Desembargador Amorim Lima (São Paulo, SP): Reconhecida por seu modelo pedagógico inovador, a escola adota um sistema baseado em autonomia e projetos, garantindo a inclusão de alunos com diferentes perfis de aprendizagem. O apoio da comunidade escolar e a utilização de espaços adaptados são diferenciais dessa instituição.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), é referência em educação inclusiva no ensino técnico e tecnológico, promovendo ações como o uso de intérpretes de Libras, material adaptado e programas de inclusão digital. No estado do Maranhão o Centro de Ensino de Educação Especial Padre João Mohana, que foi inaugurado pelo Governo do Maranhão atende crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras síndromes e transtornos. Tem como público alvo crianças e adolescentes de 3 a 17 anos, disponibilizando O Atendimento Educacional Especializado (AEE), que funciona como um suporte complementar ao ensino regular. Além disso, promove atividades como estimulação essencial, intervenção educacional e acompanhamento pedagógico, que são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes. Essas práticas são realizadas por uma equipe multiprofissional, que inclui pedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos.

Um diferencial dessa instituição é o enfoque em parcerias com as famílias. O Centro estimula a participação ativa dos pais em todas as etapas do processo educativo, desde o planejamento das atividades até a execução de estratégias de intervenção. Reuniões frequentes e programas de capacitação familiar são

realizados para orientar os responsáveis sobre o uso de tecnologias assistivas, práticas inclusivas e métodos que podem ser replicados em casa.

A abordagem integrada do Centro Padre João Mohana promove não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o fortalecimento das relações sociais e da autoestima dos alunos. Por exemplo, crianças com TEA que apresentam dificuldades de interação social participam de atividades lúdicas e terapêuticas que estimulam a comunicação e o convívio em grupo, com reflexos positivos também fora do ambiente escolar. A prática dessa instituição também destaca o uso de estruturas acessíveis e materiais pedagógicos adaptados. Isso inclui a utilização de salas de recursos multifuncionais, equipamentos de comunicação alternativa e softwares especializados. Essas tecnologias facilitam a inclusão de alunos com diferentes tipos de deficiência, promovendo maior autonomia e participação ativa.

A experiência do Centro de Ensino de Educação Especial Padre João Mohana serve como um exemplo inspirador de como a articulação entre políticas públicas, profissionais capacitados e o engajamento das famílias pode transformar a realidade educacional de crianças com deficiência. Essa abordagem reafirma que a educação inclusiva não é apenas um direito, mas também um meio de construir uma sociedade mais justa e acolhedora, onde a diversidade é respeitada e valorizada.

Esses exemplos reforçam a importância de práticas que envolvam não apenas mudanças estruturais, mas também a construção de uma cultura escolar inclusiva. Quando alunos, professores e famílias trabalham em conjunto, os resultados incluem maior engajamento, redução de preconceitos e melhoria no desempenho acadêmico de todos os estudantes.

2.1 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Essa perspectiva visa transformar práticas educacionais tradicionais para promover a inclusão efetiva dos alunos com deficiência no ensino regular. A educação especial é definida como uma modalidade de ensino destinada a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades de superdotação. Com o avanço dos direitos humanos e das discussões sobre inclusão emergiu a educação inclusiva, fundamentada na ideia de que “a escola deve estar preparada para atender a todos os alunos conhecendo suas singularidades como parte da diversidade humana” (Sassuki, 2003).

A perspectiva inclusiva rompe o modelo médico-clínico, concebida a deficiência como um problema individual a ser tratado. Sob a ótica inclusiva, a deficiência é compreendida como parte da diversidade humana, sendo a escola responsável por eliminar as barreiras ao aprendizado e a participação. Nesse sentido, Mantoan (2006) afirma: "A inclusão não se trata de colocar o aluno no espaço escolar, mas de garantir a sua participação ativa e efetiva nas atividades pedagógicas, promovendo seu desenvolvimento pleno."

A educação especial, nessa nova configuração, atua como suporte à inclusão escolar, oferecendo recursos pedagógicos, formação de professores e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este atendimento ocorre no contra turno escolar e visa complementar o ensino regular, utilizando estratégias e materiais adaptados às necessidades de cada aluno.

Com isso, a formação do professor é um dos pilares fundamentais para a efetivação da educação inclusiva. Muitos docentes ainda se sentem despreparados para trabalhar com a diversidade presente em suas salas de aula, o que reforça a necessidade de formação inicial e continuada. Conforme destaca Carvalho (2012), "A formação docente precisa contemplar o conhecimento sobre a diversidade, as práticas inclusivas e o uso de tecnologias assistivas, a fim de criar um ambiente educacional acessível a todos os alunos. Na perspectiva de formação continuada Mantoan, (2006, p. 54-55);

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa que o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. A inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, por que as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional (Mantoan 2006, p. 54-55)

Um professor pode até conseguir dar uma aula sem nenhum preparo de maneira improvisada, mas as chances dessa aula ser um fracasso são bem maiores do que a de um professor que está capacitado para trabalhar determinado assunto,

sendo assim porque para trabalhar a inclusão teria que ser diferente? Como salienta Macedo (2012):

A formação docente deve proporcionar aos professores ferramentas para compreender as diferenças como oportunidades de aprendizado coletivo (Macedo, 2012, p. 78).

Além da formação técnica, o professor deve desenvolver uma postura acolhedora e reflexiva, pautada no respeito e na valorização das diferenças. A prática pedagógica inclusiva exige planejamento colaborativo, uso de metodologias ativas e diversificadas, e uma avaliação formativa, que considere as particularidades dos alunos.

2.2 Desafios da Educação Especial

A Educação Especial é essencial para promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa, ao garantir o acesso à educação para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Apesar dos avanços em legislações nacionais e internacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, diversos desafios comprometem a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade.

Um dos principais problemas está na formação de professores, que muitas vezes não recebem preparação adequada para lidar com a diversidade em sala de aula. A ausência de cursos especializados e treinamentos contínuos, aliada à falta de suporte técnico e orientação pedagógica, dificulta a implementação de estratégias que atendam às necessidades específicas dos estudantes. Além disso, a sobrecarga de trabalho docente ou até mesmo a falta de interesse pela capacitação de alguns professores, limita a personalização do ensino e a criação de práticas inclusivas.

De acordo com Carvalho (2003, p.28):

Ao lado de muitos educadores que se mostram receptivos interessados na presença de alunos com deficiências, em suas salas, há os que a temem, outros que toleram e muitos que a rejeitam. (Carvalho, 2003, p.28)

A formação docente é um dos pilares fundamentais para a implementação eficaz da educação inclusiva. Os professores, como mediadores do processo de ensino-aprendizagem, precisam estar preparados para lidar com a diversidade

presente em sala de aula, compreendendo as especificidades de cada aluno e desenvolvendo práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão.

No que tange à formação continuada dos professores, é essencial que os currículos de capacitação contemplem não apenas estratégias pedagógicas, mas também aspectos relacionados à empatia e à sensibilização. Programas que envolvam vivências práticas, como visitas a centros de atendimento especializado ou a troca de experiências com famílias, podem contribuir para que os educadores compreendam de maneira mais profunda as necessidades específicas de seus alunos. Esse processo formativo, segundo Macedo (2012), “não apenas aprimora a prática docente, mas também humaniza as relações no ambiente escolar, tornando a inclusão uma experiência transformadora para todos”.

De acordo com Mantoan (2006, p. 32), “a inclusão não se trata de apenas colocar o aluno no espaço escolar, mas de garantir a sua participação ativa e efetiva nas atividades pedagógicas, promovendo seu desenvolvimento pleno”. Essa abordagem requer dos professores não apenas conhecimentos técnicos, mas também uma postura acolhedora e reflexiva que permita respeitar e valorizar as diferenças.

É necessário que o professor utilize de um planejamento dinâmico e flexível que se molde de acordo com a necessidade e a capacidade de cada um dos seus educandos. O professor deve se situar como propositor, como mediador e como facilitador na organização pedagógica dos seus educandos, dentro de sala de aula, para ele possa conseguir uma boa interação com os educandos, no sentido dele poder realizar da melhor forma possível o seu trabalho, sempre em parceria mútua, incluindo a todos numa proposta pedagógica eficiente, que o mesmo consiga maneiras para uma melhor interação dos alunos, mesmo que a sua turma seja composta de níveis bem diferentes (MORAES, 2017, p 146).

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece diretrizes claras sobre a necessidade de capacitação docente para a educação inclusiva. A Meta 4 do PNE (2014-2024) propõe “garantir o acesso de crianças e jovens com deficiência a uma educação de qualidade, mediante a oferta de professores especializados e estratégias pedagógicas adaptadas” (BRASIL, 2014). No entanto, a efetivação dessa meta ainda enfrenta desafios relacionados à formação inicial e continuada dos educadores.

A formação inicial dos professores muitas vezes não aborda de maneira suficiente os aspectos práticos e teóricos da inclusão. Como observa Carvalho

(2012, p. 65), "os cursos de licenciatura, em sua maioria, oferecem uma visão superficial sobre as demandas específicas da educação inclusiva, o que resulta em professores despreparados para enfrentar as situações reais da sala de aula". Por essa razão, a formação continuada torna-se indispensável, permitindo que os docentes atualizem seus conhecimentos e desenvolvam novas competências.

Além disso, a formação docente deve contemplar o uso de tecnologias assistivas e práticas pedagógicas inovadoras. Ferramentas como leitores de tela, softwares de comunicação alternativa e materiais adaptados são essenciais para garantir que os alunos com deficiência tenham acesso ao conteúdo de forma equitativa. Conforme destaca Vygotsky (1991, p. 121), "o uso de instrumentos no processo de ensino é um fator essencial para ampliar as capacidades humanas e superar barreiras ao aprendizado".

Exemplos de boas práticas na formação docente podem ser observados em programas que promovem a sensibilização e capacitação dos professores. Em Bacabal, o projeto "Libras na Escola" demonstra como a formação específica em Língua Brasileira de Sinais (Libras) pode transformar a experiência de alunos surdos e suas famílias, promovendo uma verdadeira inclusão no ambiente escolar.

É essencial que políticas públicas priorizem a formação continuada dos professores, destinando recursos para a realização de cursos, oficinas e workshops. Além disso, o suporte emocional e técnico aos docentes é igualmente importante, garantindo que eles se sintam confiantes e preparados para enfrentar os desafios da inclusão. Outro ponto significativo é a infraestrutura das escolas. Muitos espaços escolares carecem de condições básicas de acessibilidade, como rampas, banheiros adaptados e sinalização adequada, o que torna o ambiente excludente. A escassez de materiais pedagógicos acessíveis e tecnologias adaptativas também é um problema frequente. Esses recursos são fundamentais para apoiar a aprendizagem de estudantes com deficiência, que são muitas vezes inexistentes ou insuficientes, prejudicando o processo educacional.

Como corrobora Mittler (2000):

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas

escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação. (MITTLER, 2000)

As tecnologias assistivas são ferramentas indispensáveis no contexto da educação inclusiva, pois permitem que alunos com deficiência superem barreiras no aprendizado e participem ativamente do ambiente escolar. Essas tecnologias abrangem desde adaptações simples, como materiais pedagógicos táteis, até recursos mais sofisticados, como softwares de comunicação alternativa. De acordo com Vygotsky (1991), o aprendizado ocorre por meio de interações mediadas, sendo que as tecnologias atuam como instrumentos fundamentais para potencializar o desenvolvimento humano, especialmente em situações de desigualdade de acesso.

Entre os exemplos de tecnologias assistivas destacam-se os leitores de tela, como o NVDA (NonVisual Desktop Access), que convertem textos em áudio e permitem que alunos com deficiência visual acessem materiais digitais. Além disso, o uso de intérpretes de Libras e aplicativos que realizam tradução em tempo real são essenciais para a inclusão de estudantes surdos, facilitando sua comunicação e interação. Carvalho (2012) reforça que “tecnologias que promovem a comunicação ampliam as possibilidades de inclusão, garantindo maior interação no ambiente escolar”.

Outro recurso de grande relevância são os softwares de comunicação alternativa e aumentativa, como o Proloquo2Go, que permitem a alunos com dificuldades de fala expressar suas ideias por meio de imagens e sons. Esses programas têm mostrado resultados significativos na integração desses estudantes às atividades pedagógicas, fortalecendo sua autonomia. Mittler (2000) destaca que “a inclusão se concretiza quando as ferramentas pedagógicas atendem às necessidades específicas dos estudantes, permitindo sua participação ativa no processo educacional”.

No entanto, a implementação de tecnologias assistivas enfrenta desafios importantes, como a falta de formação docente e os custos elevados de aquisição. Para Macedo (2012), “é indispensável que os professores sejam capacitados não apenas no uso dessas tecnologias, mas também na integração delas ao planejamento pedagógico, garantindo um ensino verdadeiramente inclusivo”. Além disso, a articulação entre família, escola e profissionais especializados é essencial para selecionar os recursos mais adequados às particularidades de cada aluno,

como reforça Libâneo (2012): “A construção de uma educação inclusiva requer um planejamento colaborativo que leve em conta as especificidades de cada estudante”.

Portanto, as tecnologias assistivas vão além de sua função prática, promovendo equidade e contribuindo para a valorização da diversidade no ambiente escolar. Investir em sua aplicação e na formação de profissionais não só amplia as oportunidades de aprendizagem, mas também transforma a educação em um espaço mais acessível e inclusivo para todos, Machado (2018).

Nas escolas, essas ferramentas podem ser utilizadas de maneira eficaz para atender às necessidades específicas de estudantes com deficiência, promovendo equidade e autonomia. Entre os exemplos mais comuns, destacam-se os softwares de comunicação alternativa, que permitem que alunos com dificuldades na fala ou na escrita expressem suas ideias por meio de símbolos, imagens ou textos predefinidos. Esses programas podem ser utilizados em dispositivos móveis, tablets ou computadores, e ajudam a integrar os alunos nas atividades escolares, permitindo uma interação mais ativa.

Outro exemplo relevante são os leitores de tela, que convertem texto em áudio para estudantes com deficiência visual. Eles facilitam o acesso a materiais digitais e à navegação em ambientes virtuais de aprendizagem. Complementando esses recursos, materiais em braile, impressoras especializadas e táteis são indispensáveis para a adaptação de livros, provas e atividades. Esses dispositivos garantem que o conteúdo seja acessível e inclusivo, promovendo a participação igualitária dos estudantes.

Para alunos com deficiência auditiva, a presença de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) é essencial, mas também é possível utilizar legendas em vídeos educacionais e aplicativos que fazem a tradução em tempo real para a língua de sinais. Além disso, dispositivos de amplificação sonora pessoal, como os sistemas FM, auxiliam estudantes com perda auditiva ao transmitir diretamente a voz do professor ao aparelho auditivo ou implante coclear.

As escolas também podem adotar mesas e cadeiras ajustáveis, que atendam às necessidades posturais de alunos com deficiência motora, além de dispositivos como teclados adaptados, mouses ergonômicos e softwares de reconhecimento de voz para facilitar a interação com computadores. Essas ferramentas permitem que os estudantes realizem atividades acadêmicas de forma independente e confortável.

No contexto do ensino digital, aplicativos educacionais acessíveis e plataformas com design universal são fundamentais. Softwares que possibilitam ajustes de contraste, tamanho de fonte e cores são úteis para estudantes com baixa visão ou dislexia. Além disso, jogos educativos adaptados podem ser empregados para estimular o aprendizado de forma lúdica, atendendo às diversas demandas dos alunos.

Machado (2018), para que essas tecnologias sejam efetivamente utilizadas, é essencial que as escolas invistam na capacitação dos professores e demais profissionais. Isso inclui treinamentos sobre o uso das ferramentas e a integração delas no planejamento pedagógico. Além disso, a manutenção regular e a atualização dos dispositivos são fundamentais para garantir sua funcionalidade.

Por fim, é importante que a implementação dessas tecnologias seja acompanhada de um diálogo contínuo com a família e o estudante. Essa abordagem permite identificar as necessidades específicas de cada aluno e ajustar as ferramentas conforme necessário, promovendo uma inclusão educacional mais significativa e transformadora. Assim, as tecnologias adaptativas, quando bem utilizadas, não apenas facilitam o acesso ao aprendizado, mas também contribuem para o desenvolvimento pleno e a autonomia dos estudantes.

Paralelamente, a elaboração de currículos adaptados e individualizados representa outro grande desafio. Cada estudante apresenta demandas únicas que precisam ser consideradas no planejamento pedagógico, mas a falta de tempo, conhecimento técnico e equipes interdisciplinares dificulta a construção e a aplicação de planos de ensino individualizados, comprometendo a efetividade da inclusão.

O preconceito e estigmas em relação às pessoas com deficiência são recorrentes e prejudicam tanto a socialização quanto a aprendizagem desses alunos. Tais atitudes, muitas vezes presentes entre colegas e professores, minam a autoestima e dificultam a integração dos estudantes no ambiente escolar. Para superar essas questões, é necessário um esforço contínuo de conscientização e promoção do respeito à diversidade. Além disso, a relação entre escola e família precisa ser fortalecida, uma vez que a parceria é essencial para o desenvolvimento educacional dos alunos. No entanto, em muitos casos, a falta de comunicação eficaz e as dificuldades socioeconômicas das famílias dificultam essa colaboração, impactando negativamente o processo educacional.

No âmbito das políticas públicas, a insuficiência de recursos destinados à Educação Especial é um problema recorrente. A escassez de investimentos limita a contratação de profissionais especializados, a aquisição de materiais e a implementação de programas inclusivos. Essa situação reflete a baixa prioridade atribuída à inclusão no planejamento educacional e perpetua as desigualdades no sistema de ensino. Além disso, a inclusão não deve se restringir à educação básica, mas também abarcar o ensino superior e o mercado de trabalho.

Estudantes com necessidades especiais enfrentam dificuldades para ingressar e permanecer em universidades devido à falta de adaptações e suporte adequado. No mercado de trabalho, os preconceitos e a ausência de políticas que facilitem a transição educacional para a vida profissional dificultam ainda mais a inclusão.

A pandemia de COVID-19 agravou muitas dessas questões. De acordo com Cunha (2020), o ensino remoto emergencial evidenciou desigualdades no acesso à tecnologia, prejudicando especialmente os alunos com deficiência. A falta de plataformas digitais acessíveis e a interrupção dos atendimentos especializados contribuíram para o isolamento e acentuaram os déficits de aprendizagem desses estudantes. Apesar disso, a tecnologia também representa um potencial transformador para a Educação Especial. Ferramentas como softwares de comunicação alternativa e aplicativos acessíveis podem enriquecer o aprendizado e promover maior autonomia para os estudantes. Contudo, o uso dessas tecnologias ainda é limitado no Brasil, devido aos altos custos e à falta de capacitação de professores para utilizá-las de maneira eficiente.

Diante desse cenário, a Educação Especial requer esforços coordenados entre governos, escolas, famílias e a sociedade. É necessário investir em infraestrutura, formação docente e materiais pedagógicos, além de promover mudanças culturais e políticas que valorizem a inclusão. Somente assim será possível garantir uma educação de qualidade que respeite as potencialidades de cada estudante, assegurando sua autonomia, participação social e desenvolvimento pleno.

2.3 A Inclusão de Alunos com Deficiência na Escola Regular

O processo de inclusão de alunos com deficiência no Ensino Regular visa garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou emocionais. Não basta apenas integrar alunos com deficiência ao ambiente escolar; é necessário criar condições para que a aprendizagem ocorra de forma significativa.

A inclusão exige a adaptação de práticas pedagógicas, recursos e atitudes que favoreçam a participação ativa e significativa desse estudante em todos os aspectos da vida escolar. Estes se constituem como pré-requisitos para que os indivíduos possam construir suas vidas em liberdade, igualdade e dignidade. A finalidade do estabelecimento destes direitos não é o de igualar as pessoas ou os grupos sociais, mas assegurar-lhes uma vida totalmente digna, onde suas especificidades não sejam vistas com maus olhos, e sim focando em suas potencialidades e autonomia.

Para que o processo de inclusão seja efetivo, o primeiro passo é a sensibilização e a formação da comunidade escolar. Professores, gestores e demais funcionários devem compreender a importância de acolher a diversidade e receber capacitação para lidar com as necessidades específicas de cada estudante. Isso inclui aprender sobre diferentes tipos de deficiência, conhecer metodologias inclusivas e, sobretudo, desenvolver uma postura empática e respeitosa.

As adaptações curriculares são fundamentais no ensino regular inclusivo, pois permitem que o conteúdo seja apresentado de forma acessível ao aluno com deficiência, respeitando suas capacidades e limitações. Por exemplo, para um estudante com deficiência visual, é necessário o uso de materiais em braile, recursos audiovisuais ou softwares de leitura de tela. Já para alunos com deficiência auditiva, a presença de um intérprete de Libras ou a utilização de legendas pode ser essencial. Essas adaptações exigem planejamento e criatividade por parte dos educadores, que devem manter o equilíbrio entre o desenvolvimento individual e o coletivo.

Outro elemento essencial nesse processo é a presença do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Oferecido preferencialmente em salas de recursos multifuncionais, o AEE complementa e suplementa as atividades realizadas em sala de aula regular, auxiliando no desenvolvimento das potencialidades do aluno e no

uso de tecnologias assistivas. Contudo, a articulação entre o AEE e o currículo regular é crucial para que haja continuidade no aprendizado.

A família desempenha um papel central na inclusão educacional. Ela precisa atuar como parceira da escola, fornecendo informações sobre as especificidades da criança e participando ativamente das decisões relacionadas ao seu desenvolvimento escolar. Além disso, é importante que os familiares estejam atentos aos direitos de seus filhos e exijam as condições necessárias para que a inclusão aconteça de maneira plena. O diálogo constante entre escola e família favorece a troca de informações e a resolução de desafios que possam surgir.

De outro modo, é preciso reconhecer que o processo de inclusão ainda enfrenta obstáculos significativos. De acordo com o Censo Escolar 2022, o Brasil registrou mais de 1,7 milhão de matrículas na educação especial. Desse total, 53,7% correspondem a estudantes com deficiência intelectual (952.904), seguidos por 35,9% de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (636.202). Outras deficiências incluem física (163.790), baixa visão (86.867), auditiva (41.491), altas habilidades ou superdotação (38.019), surdez (20.008), cegueira (7.321) e surdo cegueira (693). Além disso, 88.885 estudantes possuem duas ou mais deficiências combinadas.

A falta de recursos materiais e humanos, como a escassez de professores especializados e de equipamentos adequados, é um dos principais desafios. Além disso, muitos profissionais ainda demonstram insegurança ou desconhecimento sobre como trabalhar com alunos com deficiência, o que compromete a qualidade da inclusão.

Exemplos concretos mostram as situações enfrentadas nesse processo. Imagine um aluno com transtorno do espectro autista (TEA) que apresenta dificuldades de socialização e comunicação. Para incluí-lo de forma efetiva, a escola precisa oferecer suporte individualizado, como a presença de um mediador escolar, além de orientar professores e colegas sobre as características do transtorno. No caso de um estudante cadeirante, adaptações físicas, como rampas e banheiros acessíveis, são essenciais para garantir sua autonomia e segurança. Já para um aluno com deficiência intelectual, o desafio pode estar na adaptação de conteúdos e na utilização de estratégias que respeitem seu ritmo de aprendizagem.

A comunidade escolar também deve ser envolvida nesse processo. Colegas de classe podem se tornar aliados poderosos na inclusão, desde que sejam incentivados a agir com solidariedade e respeito. Além disso, a presença de projetos de sensibilização e de convivência pode contribuir para a formação de vínculos positivos entre os alunos, favorecendo a inclusão social e o senso de pertencimento.

É importante destacar que a inclusão beneficia não apenas os alunos com deficiência, mas toda a comunidade escolar, ao aprender a lidar com a diversidade, crianças e adolescentes desenvolvem habilidades como empatia, paciência e cooperação, tornando-se cidadãos mais conscientes e preparados para a convivência em sociedade.

Apesar das dificuldades, muitos exemplos de boas práticas têm mostrado que a inclusão é possível e traz resultados transformadores. Escolas que investem na formação continuada de seus profissionais, na aquisição de recursos inclusivos e no fortalecimento da parceria com as famílias têm conseguido promover experiências educativas mais justas e significativas para todos.

Em síntese, o processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular é complexo e desafiador, mas absolutamente necessário. Ele exige a colaboração de diversos agentes, o rompimento com preconceitos e o compromisso com uma educação que valorize a diversidade e o potencial humano. Mais do que cumprir uma obrigação legal, incluir é uma oportunidade de construir uma sociedade mais justa, solidária e igualitária.

3. FAMÍLIA E ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A família é uma instituição que existe em qualquer cultura, religião ou sociedade, é o primeiro contato da criança com um grupo, que pode ser grande ou pequeno, porém, existem regras básicas de convivência, em que o respeito é a base. O grupo familiar em que a criança está inserida constrói uma ponte que a leva a sociedade, pois é na família que os laços são fortalecidos, que as mais importantes experiências são vivenciadas.

Ao decorrer dos anos essa estrutura familiar foi se modificando, mas a família continua sendo, juntamente com a escola, a base do processo de desenvolvimento humano, especialmente na infância e adolescência. Ambos os contextos atuam de maneira interdependente, influenciando a formação de valores, habilidades, atitudes

e a construção da identidade individual e social da criança. Enquanto a família oferece o primeiro ambiente de socialização e afeto, a escola amplia o horizonte social e cognitivo, proporcionando o acesso ao conhecimento formal e à convivência com diferentes realidades.

A família, por ser a primeira instituição com a qual a criança tem contato, tem um papel singular na formação inicial dos indivíduos. É nela que se estabelecem as primeiras interações sociais, onde valores, crenças e normas são transmitidos de geração para geração. Conforme apontam Bronfenbrenner e Morris (2006), no contexto do modelo bioecológico, a família é um dos principais microssistemas que impactam diretamente o desenvolvimento humano, pois suas relações interpessoais possuem caráter proximal, ou seja, são relações próximas e contínuas, fundamentais para o aprendizado social.

Ao longo das últimas décadas, a estrutura familiar tem passado por significativas transformações. Configurações tradicionais compostas por pai, mãe e filhos vêm cedendo espaço a modelos diversos, como famílias monoparentais, reconstituídas, ou até mesmo formadas por avós e netos. Embora essas mudanças representem uma quebra de paradigmas tradicionais, o papel fundamental da família no desenvolvimento humano permanece inalterado. Segundo Silva e Andrade (2017), a qualidade das relações intrafamiliares, mais do que sua composição, é o que determina o impacto positivo no crescimento emocional e social das crianças.

A escola, por sua vez, é o espaço onde a criança tem acesso à educação formal e à socialização ampliada. É nesse ambiente que ela desenvolve competências acadêmicas, cognitivas e sociais indispensáveis para sua inserção na sociedade. De acordo com Piaget (1975), o aprendizado na escola é essencial para o desenvolvimento das estruturas cognitivas, uma vez que promove desafios e situações de conflito que levam a um maior entendimento do mundo ao seu redor. Além disso, a escola oferece oportunidades de interação entre pares, o que contribui para o aprendizado de habilidades como cooperação, respeito às diferenças e resolução de conflitos.

O que ocorre é que torna-se difícil caracterizar os papéis dessas instituições. As funções da família e da escola encontram-se muito difusas numa sociedade tão complexa como a atual. Há uma confusão de papéis, sendo que tanto os pais quanto os professores sentem dificuldades em definir suas funções. (Valadão; Santos, 1997, p. 47).

Embora os papéis da família e da escola sejam distintos, eles não são independentes. Ao contrário, essas duas instituições devem atuar de maneira integrada, formando uma parceria que favoreça o desenvolvimento integral da criança. Estudos de Paro (2018) indicam que a participação ativa dos pais na vida escolar dos filhos está associada a melhores desempenhos acadêmicos, maior autoestima e desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Essa interação ocorre por meio de reuniões escolares, acompanhamento das atividades realizadas em casa e diálogo constante com os professores.

Contudo, é importante destacar que a relação entre família e escola nem sempre é harmoniosa. Desafios como a falta de tempo dos pais, diferenças culturais e sociais, ou até mesmo conflitos de expectativas entre educadores e familiares podem dificultar essa parceria. Em regiões rurais do Maranhão, muitas famílias enfrentam dificuldades para enviar seus filhos com deficiência à escola devido à ausência de transporte adaptado. Além disso, a falta de psicólogos e assistentes sociais nas escolas prejudica o acompanhamento dessas famílias.

De acordo com Libâneo (2012), é essencial que a escola desenvolva estratégias para aproximar a família, promovendo uma comunicação clara e ações que valorizem a participação parental. A construção de um vínculo positivo entre essas duas instituições favorece a criação de um ambiente seguro e estimulante para o desenvolvimento da criança.

Para Macedo (2004), uma escola inclusiva é um espaço privilegiado de descobertas pessoais, de enfrentamento de preconceitos, de experiências de codependência:

A educação inclusiva é uma educação democrática, comunitária, pois supõe que o professor saia da sua solidão, arrogância, falso domínio e tenha a coragem de dizer não sei, tenho medo, nojo, vergonha, pena, não respeito, quero aprender ou rever minhas estratégias pedagógicas, pois não consigo ensinar para certos tipos de criança, não sei controlar o tempo, não sei ajudar – não no sentido da codependência, mas no sentido da interdependência. (MACEDO, 2004, p. 1)

Outro aspecto relevante é a influência que o ambiente escolar exerce sobre a família. Muitos pais, ao acompanharem o processo de aprendizagem dos filhos, acabam se envolvendo em atividades educativas e culturais, ampliando seu próprio repertório de conhecimento. Segundo Vygotsky (1991), o desenvolvimento humano ocorre em um processo de mediação, no qual os indivíduos aprendem por meio das

interações sociais. Assim, tanto a família quanto a escola desempenham papéis mediadores, moldando a criança e sendo moldados por ela.

No cenário atual, marcado por avanços tecnológicos e mudanças nas dinâmicas sociais, tanto a família quanto a escola enfrentam novos desafios no processo educativo. O acesso às tecnologias digitais, por exemplo, traz benefícios como o maior acesso à informação, mas também exige uma maior atenção dos pais e educadores para orientar o uso saudável dessas ferramentas. Além disso, questões como desigualdade social, violência e precarização das escolas públicas muitas vezes dificultam a construção de um ambiente ideal para o desenvolvimento pleno.

Além disso, é essencial reconhecer o papel das políticas públicas no fortalecimento dessa parceria entre família e escola. Iniciativas governamentais que promovam o acesso a programas de formação para pais e capacitação para professores podem ser ferramentas importantes para melhorar o diálogo e a colaboração entre essas duas instituições. Projetos como a ampliação de serviços de apoio psicossocial nas escolas e a implementação de programas de mediação de conflitos podem criar um ambiente mais acolhedor e preparado para lidar com as diversidades presentes nos contextos familiares e escolares. Tais medidas também ajudam a diminuir as lacunas sociais e culturais que, muitas vezes, dificultam a comunicação entre família e escola.

Ao adotar essas ações, espera-se não apenas garantir o direito à educação para os alunos com deficiência, mas também promover uma transformação na cultura escolar. Professores mais preparados, famílias engajadas e ambientes escolares inclusivos criam oportunidades para que todos os estudantes convivam e aprendam com a diversidade, desenvolvendo competências sociais e emocionais que os tornarão cidadãos mais conscientes e respeitosos.

A educação inclusiva, mais do que uma obrigação legal, é uma oportunidade de construir uma sociedade que reconheça e valorize o potencial de cada indivíduo. Investir em políticas públicas robustas e práticas escolares inovadoras é um passo essencial para garantir que a inclusão seja uma realidade plena e transformadora.

Outra dimensão relevante é o impacto da educação socioemocional, que tem ganhado destaque nas práticas escolares contemporâneas. Essa abordagem, que inclui o desenvolvimento de habilidades como empatia, autoconhecimento e

autorregulação emocional, contribui significativamente para o fortalecimento dos vínculos entre crianças, famílias e escolas. Quando escolas incorporam práticas socioemocionais em suas rotinas, ajudam a criar um ambiente onde as crianças podem expressar seus sentimentos de forma saudável, o que também facilita o diálogo dentro das famílias. Dessa forma, a integração entre as dimensões emocional, social e acadêmica contribui para uma formação mais completa, preparando os indivíduos para os desafios do mundo contemporâneo.

Em conclusão, a família e a escola são fatores indispensáveis para o desenvolvimento humano, cada uma com suas peculiaridades e responsabilidades. Quando atuam de maneira colaborativa, essas instituições potencializam as possibilidades de crescimento integral das crianças, promovendo não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento de valores e competências para a vida. Como defendido por Bronfenbrenner (1996), o desenvolvimento humano é um processo complexo que depende da interação entre diversos sistemas, e a sinergia entre família e escola desempenha um papel central nesse contexto.

3.1 A Criança com Deficiência e sua Família

A relação entre a criança com deficiência e sua família constitui um tema complexo e multifacetado, que requer atenção especial no campo das ciências sociais, educacionais e da saúde. A família desempenha um papel central no desenvolvimento da criança, sendo responsável por sua proteção, educação e socialização. No caso de crianças com deficiência, esse papel ganha ainda mais relevância, pois envolve desafios adicionais relacionados à inclusão, ao acesso a recursos e à construção de um ambiente acolhedor e estimulante.

O diagnóstico de uma deficiência pode ser um momento marcante para a família, gerando sentimento de insegurança, angústia e até mesmo luto em relação às expectativas e sonhos previamente idealizados para a criança. Conforme destaca Macedo (2005), “o enfrentamento da deficiência exige da família uma reorganização de suas dinâmicas internas, bem como o desenvolvimento de estratégias para lidar com o impacto emocional e as demandas práticas que acompanham a situação”. Esse processo de adaptação pode ser mais ou menos desafiador, dependendo de fatores como o tipo e a gravidade da deficiência, o suporte social disponível e os recursos financeiros da família.

Para algumas famílias, o diagnóstico pode ser visto como um ponto de partida para a mobilização de esforços em prol do desenvolvimento da criança. Em contrapartida, outras podem apresentar maior dificuldade em assimilar a situação, o que pode levar à negligência, superproteção ou à dificuldade em buscar recursos e serviços especializados. Conforme Machado (2012), “o apoio à família deve ser uma prioridade nas políticas públicas, uma vez que ela é o alicerce para o pleno desenvolvimento da criança com deficiência”.

As famílias de crianças com deficiência frequentemente enfrentam desafios diversos, que abrangem desde questões financeiras até preconceitos sociais. O custo do atendimento às necessidades especiais, incluindo terapias, adaptações e medicamentos, pode ser elevado, colocando pressão sobre o orçamento familiar. Além disso, muitos pais precisam ajustar suas rotinas de trabalho para se dedicar ao cuidado intensivo de seus filhos.

As crianças com deficiência (física, auditiva, visual ou mental) têm dificuldades que limitam sua capacidade de interagir com o mundo. Estas dificuldades podem impedir que estas crianças desenvolvam habilidades que formam a base do seu processo de aprendizagem.
(VALENTE, 1991, p. 01)

Além disso, a inclusão educacional também depende de um olhar atento à saúde mental de todos os envolvidos no processo. A sobrecarga enfrentada por familiares de crianças com deficiência, muitas vezes aliada à ausência de redes de apoio, pode impactar negativamente a qualidade do acompanhamento escolar. Por isso, iniciativas como grupos de apoio psicossocial, integrados às escolas, são fundamentais para oferecer suporte emocional e criar um ambiente de acolhimento para essas famílias. Conforme Silva e Andrade (2017), “o equilíbrio emocional das famílias é determinante para sua capacidade de colaborar com o desenvolvimento educacional de seus filhos”.

Ademais, o estigma e a discriminação social também são fatores de grande impacto. Muitas vezes, essas famílias se deparam com barreiras de inclusão em escolas, espaços públicos e comunidades, o que pode resultar em isolamento social. Como apontam Macedo e Machado, “o preconceito em relação à deficiência não apenas afeta diretamente a criança, mas também impõe um peso emocional sobre seus familiares, que frequentemente se tornam advogados de seus filhos em uma sociedade que ainda luta para ser verdadeiramente inclusiva” (MACHADO, 2012, p.

84).

Um aspecto crucial para o bem-estar da criança com deficiência e de sua família é o suporte oferecido por redes sociais, instituições de saúde, e sistemas educacionais inclusivos. Para Macedo (2005), “o suporte social e institucional tem o potencial de transformar a maneira como as famílias lidam com os desafios, fornecendo recursos materiais, emocionais e informativos”. Nesse sentido, a educação inclusiva emerge como um direito fundamental e uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento integral da criança com deficiência. Para que isso seja efetivo, é necessário que as escolas estejam preparadas para acolher a diversidade, capacitando seus profissionais e promovendo adaptações curriculares e estruturais que garantam o aprendizado de todos.

A família, nesse contexto, desempenha um papel ativo ao participar das decisões escolares e colaborar com os professores na criação de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas da criança. Machado (2012) reforça que “a parceria entre família e escola é essencial para a construção de um ambiente educativo que valorize a diferença como parte da riqueza humana”.

Embora enfrentem desafios consideráveis, muitas famílias de crianças com deficiência demonstram notável resiliência e capacidade de superação. Essa jornada é frequentemente marcada por aprendizados e transformações, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Como destaca Macedo (2005), “a experiência de criar uma criança com deficiência pode trazer novas perspectivas sobre o valor da diversidade, ampliando a compreensão sobre o potencial humano e a importância da empatia”.

Essas histórias de superação são fundamentais para inspirar outras famílias e para sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de construir um mundo mais inclusivo. Machado (2012) conclui que “a inclusão só será plena quando os direitos das crianças com deficiência forem respeitados e as famílias tiverem o suporte necessário para desempenhar seu papel de maneira digna e saudável”.

3.2 A Importância da Participação dos Pais na Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Regular

A criança que apresenta qualquer necessidade educativa especial requer um esforço maior da família e da escola. A família é o ambiente em que a criança recebe o primeiro carinho, a proteção e todo o cuidado para que ela passe pelo processo de

desenvolvimento em segurança, quando os pais descobrem que seu filho tem alguma deficiência na maioria das vezes o primeiro sentimento é o medo de não saber cuidar, educar ou até mesmo, amar seu filho, a falta de informação pode dificultar ainda mais esse processo.

Toda essa mistura de sentimentos, preocupações e desinformação podem afetar o convívio da criança com a sociedade. Ainda que seja a minoria, algumas famílias conseguem se adaptar às necessidades especiais da criança com deficiência e tem um excelente desempenho na adaptação de seus filhos.

Apesar de muitas dificuldades, as relações dos pais com a escola tem obtido êxito ao longo dos anos, por isso, é fundamental que a família e a escola conheçam a condição de deficiência da criança, para que ela seja incluída no Ensino Regular.

De acordo com Crepaldi(s/a):

A Participação dos pais na vida da criança é essencial, e quando se estende até a escola, torna-se o processo de aprendizagem uma extensão daquilo que se iniciou em seu convívio familiar. Com essa participação dos pais no processo de ensino aprendizagem, a criança fica mais confiante, uma vez que percebe que todos se interessam por ela, e também porque passam a conhecer quais são as dificuldades e quais os conhecimentos que ela tem. (CREPALDI s/n, p11737).

É de extrema importância esse apoio dos pais, de frequentar as reuniões, participar de atividades em conjunto programadas pela escola, se fazer presente na vida do filho, isso faz toda a diferença no processo educacional da criança, porque além de se sentir vista, a criança se sente importante, segura e acolhida. É na família que aprendemos a nos relacionar com os outros, com as diferenças, diversidades e limitações de cada um. Portanto, a inclusão começa a ser construída em casa, pois as pessoas com deficiência e sua família são os principais agentes para que esta aconteça, garantindo também desenvolvimento intelectual e cognitivo para os futuros homens e mulheres inseridos na sociedade. (Machado, 2021)

Sabemos que nem todas as famílias são iguais, são realidades totalmente diferentes, muitas famílias são desestruturadas, às vezes a criança tem que ficar sob o cuidado de parentes ou terceiros, isso na maioria das vezes dificulta o processo de aprendizagem da criança, porque nem sempre o responsável pode deixar na escola, ou trabalha dois turnos e a criança tem que ficar em casa, são inúmeros os fatores que podem prejudicar essa aprendizagem. Em decorrência disso, a tarefa de educar, em todos os aspectos da palavra, passa a ser da escola.

Em resumo, a família desempenha um papel fundamental no processo de inclusão na educação. Através do acolhimento e apoio emocional, da parceria com a escola, do estímulo ao desenvolvimento da criança e da sensibilização da comunidade, a família pode contribuir para que a criança com necessidades de especiais tenha acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas diferenças e potencialidades, e que promova o seu pleno desenvolvimento.

Analizando as leis, parece até algo simples falar sobre a educação inclusiva, mas trazendo para a realidade não é só falar, é agir. São inúmeros os fatores que impossibilitam que a inclusão de fato aconteça, sendo assim, todos os meios nos quais a criança com deficiência está inserida devem ser levados em conta. A Educação é um dos principais pilares da formação humana, que sustenta a vida em sociedade bem como fortalece a busca para as superações, pela inserção social e competência comunicativa. Na construção de um mundo melhor para todos e a igualdade de direito, a educação escolar inclusiva tem um papel transformador, pois é capaz de construir pontes para construção e comunicação do indivíduo.

3.3 A Importância da Sensibilização da Comunidade Escolar na Educação Inclusiva

A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular não depende apenas de mudanças na estrutura física e curricular das escolas, mas também da criação de uma cultura escolar que valorize a diversidade. Nesse contexto, a sensibilização de todos os membros da comunidade escolar – incluindo gestores, professores, alunos e funcionários – é fundamental para a consolidação de um ambiente verdadeiramente inclusivo. Segundo Vygotsky (1991), o desenvolvimento humano é mediado pelas interações sociais, o que evidencia a importância de um ambiente escolar acolhedor, no qual todos os indivíduos se sintam respeitados e valorizados. Para que isso aconteça, é necessário promover ações de sensibilização que incentivem a empatia, o respeito às diferenças e a cooperação.

As atividades de sensibilização podem assumir diferentes formatos, como palestras, workshops, campanhas e projetos pedagógicos que abordem a inclusão de maneira prática e reflexiva. Por exemplo, a organização de eventos escolares que promovam a convivência entre alunos com e sem deficiência pode contribuir para a desconstrução de preconceitos. Conforme Mittler (2000), a inclusão é um processo

contínuo que exige mudanças de atitudes e práticas em toda a comunidade escolar. Outro ponto importante é a promoção de diálogos constantes sobre o tema. Reuniões entre gestores, professores, alunos e familiares podem servir como espaços para troca de experiências e discussões sobre os desafios e as possibilidades da inclusão.

Essas iniciativas favorecem o entendimento mútuo e criam oportunidades para a construção de soluções colaborativas.

Os alunos também desempenham um papel crucial na construção de um ambiente inclusivo. Quando sensibilizados, eles podem se tornar aliados importantes no processo de inclusão, apoiando colegas com deficiência em atividades escolares e promovendo atitudes de respeito e solidariedade. Segundo Paro (2018), a convivência com a diversidade no ambiente escolar contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar os desafios da vida em sociedade. Projetos como rodas de conversa, contação de histórias e dinâmicas de grupo são ferramentas eficazes para promover a interação entre os estudantes e estimular a construção de laços de amizade e respeito. Além disso, a participação ativa dos alunos em atividades culturais e esportivas pode fortalecer o senso de pertencimento de todos, independentemente de suas condições individuais.

Apesar da relevância das ações de sensibilização, muitos desafios ainda precisam ser superados. A falta de preparo por parte de alguns membros da comunidade escolar, o preconceito enraizado e as dificuldades de recursos são barreiras que podem dificultar a implementação de práticas inclusivas. No entanto, exemplos de boas práticas mostram que é possível criar uma cultura inclusiva quando há compromisso e colaboração. Uma perspectiva promissora é o uso de tecnologias digitais para ampliar o alcance das ações de sensibilização. Plataformas online podem ser utilizadas para promover campanhas educativas, compartilhar materiais sobre inclusão e organizar fóruns de discussão entre os membros da comunidade escolar. Conforme Libâneo (2012), a escola do século XXI deve estar aberta às inovações que favoreçam a interação e o aprendizado em contextos diversos.

A sensibilização da comunidade escolar é, portanto, um passo essencial para a efetivação da educação inclusiva. Mais do que adaptações estruturais, a inclusão exige mudanças de atitudes e o fortalecimento de uma cultura escolar baseada no

respeito, na empatia e na valorização da diversidade. Com ações coordenadas e o envolvimento de todos, é possível transformar as escolas em espaços verdadeiramente inclusivos e promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

3.4 Rotinas e Dificuldades de Acompanhamento

Na perspectiva de rotinas de acompanhamento, mais uma vez o grupo familiar, torna-se relevante, segundo Vygotsky (1991, p. 57), o aprendizado ocorre por meio de interações sociais, nas quais os mediadores – no caso, pais e educadores – desempenham papel fundamental no desenvolvimento das potencialidades do indivíduo.

O primeiro aspecto a ser considerado na inclusão de crianças com deficiência é a elaboração de um plano educacional que respeite suas características únicas. Nesse sentido, o Plano Educacional Individualizado (PEI) surge como ferramenta essencial. Elaborado por uma equipe multidisciplinar, o PEI define objetivos específicos para a aprendizagem, considerando as necessidades do aluno e integrando o contexto escolar e familiar. Para Vygotsky (1991, p.83), o desenvolvimento cognitivo ocorre na zona de desenvolvimento proximal (ZDP), ou seja, no espaço entre o que a criança consegue realizar sozinha e o que pode alcançar com o auxílio de um mediador. Dessa forma, o PEI é estruturado para potencializar o aprendizado, tendo os pais como agentes centrais no apoio a essa mediação.

Reuniões periódicas entre a escola e os pais são outra prática essencial no acompanhamento das crianças. Esses encontros possibilitam o alinhamento de estratégias e o ajuste das intervenções pedagógicas de acordo com o progresso da criança. Durante essas reuniões, a troca de informações entre professores, profissionais de apoio e familiares contribui para a construção de um plano coeso e eficaz. Além disso, os pais têm a oportunidade de compartilhar percepções sobre o comportamento da criança fora do ambiente escolar, enriquecendo a compreensão da equipe educacional. Como destaca Machado (2010, p.94), “a educação é uma construção conjunta que demanda diálogo e escuta atenta entre todos os envolvidos no processo.”

A capacitação da família também se mostra imprescindível para que os pais assumam um papel ativo na inclusão de seus filhos. Isso pode ser feito por meio de formações e oficinas oferecidas pela escola ou por especialistas na área da educação inclusiva. Essas capacitações permitem que os pais compreendam os direitos de seus filhos, aprendam a utilizar ferramentas pedagógicas adaptadas e, sobretudo, se sintam mais seguros para contribuir com o processo educacional. Conforme Vygotsky (1991, p.57), o aprendizado é mediado pela cultura, e a família desempenha um papel significativo na transmissão de práticas e valores que apoiam o desenvolvimento da criança.

Além disso, a comunicação constante entre escola e família é um dos alicerces para o sucesso do acompanhamento. Ferramentas como relatórios semanais, aplicativos escolares e reuniões informais auxiliam na manutenção de um fluxo de informações consistente. Assim, os pais podem acompanhar o desempenho da criança em tempo real e colaborar com a implementação de ajustes necessários às estratégias pedagógicas. Essa comunicação eficiente também fortalece a parceria entre escola e família, criando um ambiente mais acolhedor e propício ao aprendizado.

A participação dos pais em atividades escolares, como palestras, eventos culturais e oficinas, é igualmente importante. Essa presença ativa não apenas reforça o vínculo entre família e escola, mas também promove a inclusão social da criança. Segundo Machado (2010, p.64), a educação inclusiva só se concretiza quando há envolvimento de toda a comunidade escolar, sendo os pais peças-chave nesse processo. Ao participar de eventos escolares, os pais contribuem para o fortalecimento das relações interpessoais e para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo. A criação de políticas públicas intersetoriais, que integrem educação, saúde e assistência social, é essencial para atender às complexas demandas das crianças com deficiência e suas famílias. Esse tipo de abordagem, conforme Vygotsky

(1991), “promove o desenvolvimento integral ao considerar o indivíduo como parte de um contexto sociocultural mais amplo”. Assim, é possível construir uma rede de suporte que vá além da escola, garantindo o pleno exercício dos direitos dessas crianças.

Outra prática indispensável no acompanhamento de crianças com deficiência é a integração da família a uma rede de apoio composta por profissionais como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e pedagogos. Essa abordagem multidisciplinar garante que as intervenções sejam realizadas de maneira integrada, promovendo o desenvolvimento integral da criança. Nesse contexto, os pais desempenham o papel de articuladores, auxiliando na conexão entre os diferentes profissionais e a escola, bem como na implementação das práticas sugeridas no ambiente doméstico.

As adaptações curriculares e o uso de tecnologias assistivas também são fundamentais no processo de inclusão. Essas ferramentas permitem que as crianças com deficiência acessem o conteúdo escolar de maneira adequada às suas necessidades. A família, nesse caso, deve ser envolvida tanto na escolha quanto no uso dessas tecnologias, de forma que possam ser utilizadas de maneira integrada ao cotidiano da criança. Para Vygotsky (1991, p.121), o uso de instrumentos e ferramentas no processo de ensino é um fator essencial para ampliar as capacidades humanas e superar barreiras ao aprendizado.

O monitoramento do bem-estar emocional das crianças também deve ser uma prioridade nas rotinas de acompanhamento. O ambiente escolar pode ser um espaço desafiador para alunos com deficiência, especialmente em situações de interação social. Os pais, por estarem mais próximos da criança, têm maior sensibilidade para identificar sinais de estresse ou dificuldades de adaptação. Com base nessas observações, podem colaborar com a escola na formulação de estratégias que promovam um ambiente mais seguro e acolhedor.

Por fim, é indispensável que as rotinas de acompanhamento sejam avaliadas continuamente, tanto pela escola quanto pelos pais. Essa reflexão contínua permite identificar o que está funcionando, quais são os desafios persistentes e quais ajustes precisam ser realizados. Como sugere Machado (2010), “a avaliação é um processo contínuo de construção de saberes e práticas que se aprimoram ao longo do tempo, envolvendo todos os atores do processo educacional.”

Em síntese, a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular exige um esforço conjunto entre escola e família. A implementação de rotinas de acompanhamento que contemplem a individualidade de cada criança, aliada à participação ativa dos pais, é fundamental para garantir o desenvolvimento pleno

dessas crianças. Como bem argumenta Vygotsky (1991, p.148), o aprendizado humano é um processo social, mediado por interações que ampliam as potencialidades individuais. Nesse contexto, os pais desempenham um papel insubstituível, sendo verdadeiros parceiros no processo de construção de uma educação inclusiva e transformadora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é um tema de relevância crescente no contexto educacional brasileiro, pois se alicerça no princípio do direito à educação para todos, sem discriminação. Este trabalho buscou analisar o papel central da relação entre família e escola na perspectiva da educação inclusiva, destacando os desafios e as possibilidades de implementação dessa prática no contexto dos anos iniciais da Educação Infantil. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível perceber que, apesar dos avanços legislativos e teóricos, a inclusão ainda enfrenta entraves significativos que comprometem sua plena efetivação.

Um dos principais pontos levantados foi a importância da parceria entre família e escola. A família é o primeiro núcleo de socialização e desenvolvimento da criança, sendo fundamental na construção de uma base emocional e afetiva que favoreça o aprendizado. Quando há uma colaboração ativa entre essas duas instituições, o processo de inclusão ganha força, pois ambas compartilham responsabilidades e estratégias para promover o desenvolvimento integral da criança. No entanto, essa parceria muitas vezes é limitada por fatores como a falta de diálogo, preconceitos, ausência de tempo por parte dos familiares e dificuldades estruturais e financeiras enfrentadas pelas escolas.

Ao longo do estudo, evidenciou-se que a formação continuada dos professores e a adaptação curricular são fundamentais para que a inclusão de fato aconteça. Professores capacitados para lidar com a diversidade, utilizando metodologias ativas e recursos como tecnologias assistivas, são agentes transformadores no ambiente escolar. Entretanto, a falta de formação adequada ainda é um obstáculo recorrente. Para que a educação inclusiva se torne uma prática consistente, é necessário investir em políticas públicas que garantam recursos financeiros, materiais pedagógicos e infraestrutura escolar adaptada.

Outro aspecto central discutido foi o papel da família como mediadora do processo de inclusão. Desde o diagnóstico da deficiência até a vivência cotidiana, a família enfrenta desafios emocionais, sociais e financeiros que podem impactar diretamente no desenvolvimento da criança. Nesse sentido, o apoio psicológico e institucional é indispensável para fortalecer a resiliência das famílias e permitir que elas participem ativamente do processo educativo. Além disso, a comunicação constante entre escola e família é uma estratégia essencial para alinhar expectativas, compartilhar informações sobre o progresso da criança e criar um ambiente colaborativo.

Apesar das dificuldades identificadas, há práticas exitosas que demonstram a viabilidade da educação inclusiva, como projetos escolares inovadores, o uso de tecnologias assistivas e a implementação de currículos adaptados. Essas iniciativas reforçam que a inclusão não é apenas uma possibilidade, mas uma necessidade para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Adicionalmente, é importante destacar o quanto a educação inclusiva representa um convite à reflexão e à ação. Não basta reconhecer o direito à inclusão; é essencial que todos os agentes envolvidos – educadores, famílias, gestores e governo – assumam um papel ativo na superação das barreiras existentes. A sensibilização da comunidade escolar e a formação contínua são passos indispensáveis para promover mudanças de atitudes e garantir que a diversidade seja valorizada como elemento central no ambiente escolar.

Por fim, este trabalho reforça a importância de incentivar novas pesquisas que explorem áreas ainda pouco debatidas ou que proponham soluções práticas para os desafios enfrentados no campo da inclusão. Somente por meio do diálogo contínuo entre teoria e prática será possível construir ambientes educacionais verdadeiramente acolhedores, capazes de promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes, com e sem deficiência.

Assim, mais do que cumprir um dever legal, a inclusão educacional é uma oportunidade de valorizar a diversidade humana e contribuir para o desenvolvimento pleno de uma sociedade mais humana, solidária e equitativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão em 2022.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censoescolar/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes nacionais da educação especial na educação básica.** Brasília, 2005.

CARVALHO, **Rosita Edler.** **Inclusão: a acessibilidade do currículo na escola.** Porto Alegre: Mediação, 2012.

CREPALDI, Renata de Maio. **Família e escola: uma relação essencial para o conhecimento.** Revista Acadêmica Souza EAD, n. 77, set. 2024. Disponível em: <https://souzaeadrevistaacademica.com.br/revista/77-setembro-2024/10-renatacrepaldi-de-maio.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2024.

ESCOLA Estadual de Ensino Fundamental Luciana de Abreu. **Atendimento educacional especializado.** Disponível em: <https://www.escol.as/247722-escolaestadual-ensino-fundamental-luciana-de-abreu>. Acesso em: 6 dez. 2024.

ESCOLA Municipal Desembargador Amorim Lima. **Projeto Político Pedagógico.** Disponível em: <https://amorimlima.org.br/institucional/projeto-politico-pedagogico/>. Acesso em: 6 dez. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GOVERNO do Maranhão. **Governo do Maranhão inaugura Centro de Ensino de Educação Especial Padre João Mohana para atendimento de crianças e adolescentes com autismo.** 2021. Disponível em:

<https://www.ma.gov.br/noticias/governo-do-maranhao-inaugura-centro-de-ensino-deeducacao-especial-padre-joao-mohana-para-atendimento-de-criancas-eadolescentes-com-autismo>. Acesso em: 17 jan. 2025.

INSTITUTO Federal do Rio Grande do Norte. **Especialização em Educação Inclusiva (EaD)**. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/portal/inscricoes-abertaspara-especializacao-em-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 6 dez. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

MACEDO, L. A. **Família e deficiência: desafios e possibilidades na convivência cotidiana**. São Paulo: Editora Social, 2005.

MACEDO, L. **Fundamentos para uma educação inclusiva**. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/art_fundamentos_para_educacao_inclusiva.asp. Acesso em: 2 jul. 2024.

MACHADO, A. M. **A inclusão e seus desafios na prática educativa**. São Paulo: Editora Inclusiva, 2010.

MACHADO, Bruna Arthuri. **Família e escola na educação infantil**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2734/1/TCC%20BRUNA%20ARTHURI%20MACHADO.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: prática, políticas e perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MORAES, Aurilene Pereira, OLIVEIRA Gislene Farias; **Educação Especial: Perspectivas e Práticas pedagógicas no contexto Escolar**. Janeiro/2017.

ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.onu.org.br>. Acesso em: 6 jun. 2024.

PARO, Victor Henrique Ramos. **A relação entre família e escola no contexto educacional contemporâneo**. Revista de Educação e Sociedade, v. 30, n. 1, p. 5068, 2018.

RODRIGUES, Maria Inez. **A importância da parceria família e escola**. Disponível em: <http://www.integralweb.com.br/a-importancia-da-parceria-familia-e-escola/>. Acesso em: 4 jul. 2024.

SILVA, R. F.; ANDRADE, M. T. **Transformações familiares e o impacto no desenvolvimento infantil**. Cadernos de Psicologia, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação educativas especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994.

VALENTE, J. A. (Org.) **Liberando a mente: computadores na educação especial.** Campinas: UNICAMP, 1991.

VALADÃO, Cláudia Regina; SANTOS, Regina de Fátima Mendes. **Família e escola: Visitando seus discursos.** (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a UNESP-Franca), 1997.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.